

FUNDADO EM 2019 - Edição 1121 - Concluída às 18h

CUIABÁ-MT, QUINTA-FEIRA, 4 de JANEIRO de 2024

www.estadaomatogrosso.com.br

CAPITAL: R\$ 2.00

INTERIOR: R\$ 3,00

JUIZ DESFAZ "SHOW DE HORRORES" E DEVOLVE MANDATO DE VEREADORA

Gabriel Soares

O juiz Renato José de Almeida Costa Filho, do Plantão Cível da Comarca de Chapada dos Guimarães, concedeu liminar à vereadora Fabiana Nascimento, conhecida como Fabiana Advogada (PRD), garantindo seu retorno ao cargo. A decisão foi proferida nesta terçafeira, 2 de janeiro.

"Defiro a tutela provisória de urgência liminar antecipada para suspender a resolução legislativa n. 001/2023 que decreta a perda do mandato eletivo da vereadora Fabiana Nascimento de Souza, cujo nome parlamentar é Fabiana Advogada e os efeitos dela decorrentes, assim como determinar a imediata recondução/retorno da parte autora/requerente no exercício do mandato eletivo de vereadora", diz trecho da decisão.



Fabiana foi cassada no dia 21 de dezembro, por 9 votos a 2, em uma sessão tumultuada que demorou três dias. A vereadora foi acusada de advogar contra o município de Chapada dos Guimarães, o que ela nega.

Na decisão, o magistrado aponta que houve irregularidades na sessão que cassou o mandato de Fabiana. Conforme o magistrado, seria preciso realizar uma votação nominal para cada uma das infrações articuladas na denúncia. Fabiana era acusada de três infrações. Desta forma, o presidente da Câmara deveria fazer questionamentos nominais sobre o posicionamento de cada

um dos vereadores quanto a cada uma das denúncias.

Segundo o juiz, mesmo que o resultado final seja o mesmo, é preciso se ater as regras processuais para garantir o princípio da legalidade, sob risco de nulidade do ato. Ele ainda ressaltou que a Câmara de Chapada pode convocar uma nova sessão para cassar o mandato de Fabiana, mas deve respeitar a legislação.

"Esclareço que essa decisão provisória não impede/obsta que o Poder Legislativo local convoque nova sessão e retome o procedimento político-administrativo a partir da aparente irregularidade, decidindo da forma prevista no Decreto-Lei n. 201/1967, art. 5°, VI, e, em sendo o caso, conclua pela cassação ou não do mandato eletivo da vereadora autora/ requerente", enfatizou.

TCE proíbe Emanuel de atrapalhar obras do BRT

Da Redação

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) atendeu ao pedido do Governo de Mato Grosso e proibiu o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), de tentar atrapalhar as obras para implantação do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês). A decisão foi dada na terça-feira, 2 de janeiro, pelo conselheiro Valter Albano.

Na ação, o Governo do Estado relatou
que o prefeito Emanuel
está colocando obstáculos para impedir o
andamento das obras,
"fazendo ameaças e
demonstrando sérias
intenções de inviabilizar o referido empreendimento", fato que foi
comprovado por declarações públicas e matérias publicadas no próprio site da Prefeitura.

"Defiro a tutela de urgência incidental inibitória em favor do Governo do Estado de Mato Grosso, a fim de determinar que o Município de Cuiabá se abstenha de praticar qualquer medida que dificulte ou impeça as obras referentes a implantação do BRT na

Capital mato-grossense, em observância ao Acórdão 10/2023-PV e ao julgamento singular 570/SR/2023, sob pena de responsabilização", diz trecho da decisão.

Ao acatar o pedido, o conselheiro Valter Albano lembrou que não é a primeira vez que o prefeito tenta "inviabilizar o início das obras de implantação do BRT", usando argumentos que já foram recusados judicialmente.

Albano verificou que todos os trâmites para a continuidade das obras, que também ocorrem em Várzea Grande, estão sendo cumpridos dentro da lei, ao contrário do que alega a Prefeitura.

"Relembro essas situações a fim de caracterizar a intenção deliberada do Município de Cuiabá de obstaculizar a continuidade da implantação do BRT, ante a recusa de acatar as decisões deste órgão de controle externo e até mesmo do STF", pontuou.

O consélheiro ainda destacou que todas as representações da Prefeitura contra o Governo, que tiveram as obras do BRT como objeto, já foram negadas pelo TCE, tendo em vista "a ausência de indícios de ilegalidade na tomada de decisão pela tecnologia BRT e nos procedimentos da respectiva contratação, e a inexistência de indícios de prejuízos à competitividade e/ou conflito de interesses RDCi 047/2021 e Contrato 052/2022, os quais obedeceram as disposições da Lei 12.462/2011".

da Lei 12.462/2011".

De acordo com o conselheiro, a postura de Emanuel tem impedido o Estado de cumprir as ordens do próprio TCE, que determinou rapidez para iniciar "os serviços das etapas preliminares à implantação do modal BRT".

"Ambas as recomendações, entretanto, encontram entraves para cumprimento, em face das ações da Prefeitura de Cuiabá, que se nega a expedir alvarás, repita-se, com argumentos amplamente superados por este Tribunal de Contas, em deliberada e ostensiva afronta às decisões deste órgão de controle externo", registrou.

Desta forma, para Valter Albano, ficou clara "a intenção da autoridade política muni-



cipal de não permitir a continuidade do procedimento de implantação do BRT em Cuiabá", uma vez que chegou a tentar ingressar com pedido para a construção do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

"Não se pode deixar de mencionar que as obras anteriormente previstas para implantação do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, depois de aproximadamente 10 anos do seu início sem conclusão, resultaram apenas e tão somente em caos, transtornos e tragédias à população várzea--grandense e cuiabana, além de enormes prejuízos aos cofres públicos. Entendo que preferências pessoais e constantes demandas realizadas no âmbito da competência jurisdicional não podem se sobrepor ou obstar o relevante interesse público desse aglomerado urbano ter, de maneira mais célere possível, uma obra dessa magnitude, atestadamente legal e viável, que será capaz de minimizar os inúmeros problemas de transporte público nas municipalidades de Várzea Grande e Cuiabá", decidiu.









Leia a versão digital do **Estadão Mato Grosso** no seu celular pelo QR Code ao lado!



EDITORIAL

O futuro se constrói agora

ão cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse 'negacionismo climático' é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para o cultivo, a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doen-

ça que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna insustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das Nações

Unidas (ONU). Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitiga-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com

algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que devem se tornar cada vez mais frequentes. Os 'refugiados do clima' vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agricultáveis do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito para muda-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentávél, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

A indústria química de cloro-soda

Milton Rego (*)

O Brasil abriga um setor químico de vasto potencial, capaz de catalisar o crescimento econômico e a inovação. Em 2021, este segmento contribuiu com cerca de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do país, gerando um impressionante faturamento em torno de R\$ 1,12 trilhão. Além disso, mais de

890 mil pessoas encontraram emprego no setor, enfatizando sua importância para o mercado de trabalho nacional.

Contudo, essa indústria e o segmento cloro-soda em particular, que produz um dos principais insumos de várias cadeias, tem enfrentado desafios que prejudicam sua competitividade frente a outros mercados internacionais. Nos últimos 10 anos, a oferta doméstica do cloro e da soda não apresentou crescimento, enquanto as importações de produtos químicos aumentaram, principalmente, dos EUA e China. Esse panorama é preocupante para a indústria brasileira, dado que esse é um dos setores de maior encadeamento na economia e sua performance impacta diversas cadeias, como saúde, saneamento, celulose, alumínio e petróleo. Adicionalmente, ela fornece insumos e matérias-primas para indústrias de plásticos, espumas e pigmentos, entre outros.

O estudo "Rota Estratégica da Indústria de Cloro-Álcalis", realizado de forma colaborativa entre indústrias, governo, instituições de pesquisa, organizações do terceiro setor e academia, aponta as principais barreiras para o crescimento do setor de cloro e soda no Brasil. Uma das principais é a falta de isonomia entre o Brasil e os principais países exportadores pela não existência ainda de uma política industrial ao longo de toda a cadeia de cloro-álcalis, a falta de programas de investimento voltados à PD&I no setor produtivo e a insegurança jurídica para a realização de investimentos de longo prazo.

As barreiras que impedem este setor de se desenvolver não param por aí. Até mesmo a baixa disponibilidade de profissionais formados com conhecimentos específicos para atuação na cadeia de cloro e soda entra nessa lista, assim como, a ausência de oportunidades de mercado para alocação de hidrogênio sustentável, a falta de linhas de investimento para economia verde, a ausência de métricas e padronizações quanto às práticas de ESG na cadeia de cloro-álcalis, a burocracia nas operações de transporte de carga e outros desafios.

Mas essas questões nos motivaram a buscar soluções para estimular investimentos e potencializar o setor. Essas ações têm o potencial de atrair até US\$ 600 milhões em

investimentos adicionais na indústria de cloro e soda até 2035, se forem bem-sucedidas.

As ações foram divididas em quatro grandes blocos: políticas públicas e articulação, mercado nacional e global, ÉSG e comunicação, e ainda, logística e infra- estrutura. Com elas poderemos alcançar um crescimento de até 40%

na produção nacional até 2035. Nosso objetivo é elevar a produção de cloro, soda, hidrogênio e derivados de 1,2 milhão para 1,8 milhão de toneladas até 2035.

Reconhecemos que o caminho será desafiador. Atualmente, o setor opera com aproximadamente 20% de ociosidade devido à falta de crescimento nos segmentos consumidores, como a indústria química e a produção de termoplásticos. Por isso, é crucial aprimorar a competitividade em relação a empresas estrangeiras, o que implica na redução dos custos de produção, como gás natural e energia elétrica, além da carga tributária em cascata em toda a cadeia, combinada com a ausência de políticas industriais incentivadoras.

A sustentabilidade será um elemento central na busca pela competitividade da nossa indústria, uma vez que o setor químico desempenha um papel essencial na transição para uma economia verde. Aproveitar a nossa matriz energética verde existente será fundamental para competirmos com produtos de menor impacto ambiental e, para isso, cabe participar ativamente das discussões globais sobre certificações verdes e mercado

O levantamento que citei anteriormențe, a Rota Estratégica da Indústria de Cloro-Álcalis, transcende um mero diagnóstico. Ela convoca a ação coletiva. Precisamos unir forças para superar barreiras e desafios, fomentar investimentos, estimular a inovação e criar um ambiente propício à competitividade do setor no Brasil. O futuro da indústria brasileira depende da nossa habilidade em agir estrategicamente, de forma sustentável e colaborativa.

* MILTON REGO é Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (Abiclor) e da Clorosur. Engenheiro mecânico, economista e especialista em gestão, o executivo acumula mais de 30 anos de atuação na indústria em empresas nacionais e multinacionais. Anteriormente foi presidente-executivo da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), diretor de Comunicação Corporativa e de Relações Externas da CNH Industrial, empresa de bens de capital do Grupo Fiat. Exerceu também as vice-presidências da Anfavea, da Câmara Setorial de Máquinas Rodoviárias da Abimaq e da ABAG.

Liquidez no mercado privado

Camila Nasser (*)

Um dos maiores desafios do mercado privado de investimentos está na liquidez dos ativos. Especialmente no contexto em que as empresas estão levando mais tempo para abrirem capital - e com a grande maioria ainda ficando fora do mercado público durante toda a vida - as saídas via Ofertas Públicas na bolsa e via aquisições estratégicas (seja em M&As ou via PE) são canais insuficientes de liquidez para os mais de R\$ 544 bilhões

movimentados no mercado privado em 2022. Precisamos de uma consolidação de ambientes para transações secundárias que envolvam um público vasto, que alcancem a poupança popular e seus agentes. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) parece ciente do desafio, tanto que permitiu às plataformas de crowdinvesting a organização de um ambiente de negociação para que investidores possam transacionar ativos entre si.

A autorização regulatória limita as listagens a empresas que realizaram ofertas públicas via plataforma, e limita a negociação a investidores ativos da plataforma. Apesar deste ter sido um passo muito importante para validar a capacidade do mercado de se organizar com segurança, não será apenas através dessas autorizações que o problema de liquidez no mercado privado será resolvido.

O mercado de crowdfunding de investimento tem sido mesmo uma espécie de ambiente de testes para a CVM, por abrigar agentes inovadores e ser um dos pontos de entrada desses agentes ao mercado de capitais. Para que o experimento seja bem sucedido e nos leve para um mercado de capitais com maior liquidez, as plataformas precisarão ultrapassar barreiras comuns do mercado de capitais, como a assimetria de informações entre emissora mais seus agentes e o público investidor; ou como distorções no processo de formação e preço, tanto as típicas de um mercado incipiente e de volumes modestos, quanto aquelas causadas por agentes maliciosos.

Assim, serão necessários parâmetros mínimos de governança e transparência para orientar as emissoras listadas, como a obrigação de divulgação de dados contábeis e gerenciais, bem como de publicizar termos-chave de rodadas de captação subsequente, considerando que a formação de preço dos papéis de uma emissora podem em muito ser influenciados pelos valuations marcados ao longo

Para contornar problemas na formação de preço, é necessário incluir mecanismos de proteção desse processo, como balizas de interrupção de negociações em alguns cenários, além de ferramentas de fiscalização e controle do influxo de ordens, por exemplo, artificiais.

O caminho rumo a essas salvaguardas deve ser baseado tanto na regulação, pela CVM, quanto em mecanismos de autorregulação.

Com a possibilidade de liquidez, o mercado de crowdfunding entrará em sua primavera, com aumento na adesão de investidores e impulso nas ofertas públicas primárias. Devemos ver cada vez mais investidores institucionais co-investindo com plataformas, e rodadas de negócios mais robustos.

Desde que fundamos o Kria, a plataforma pioneira do Brasil, um dos principais questionamentos de investidores era sobre a liquidez e janelas de saída. Agora, quando completamos a primeira década do mercado, ela chegou a passos lentos, e estamos no momento de acelerar.

Agradeço ao Gustavo Rodriguez, do time jurídico do Kria, pela colaboração neste artigo.

*CAMILA NASSER é cofundadora e CEO do Kria, que é uma plataforma de investimentos em startups. A executiva iniciou sua carreira profissional no universo financeiro no Kria, como estagiária, ainda na época de faculdade. Ao longo dos anos, assumiu importantes cargos de liderança, como Head de Marketing e Chefe de Operações. No final de 2020, foi convidada para se tornar CEO da fintech. Camila é graduada em comunicação pela ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing, em São Paulo.



G20, Banco Central e tokenização

Cássio Krupinsk (*)

A estruturação de ativos tem sido um campo desafiador, em que muitos agentes têm possibilidades limitadas devido aos empecilhos do mercado, que acaba favore cendo grandes corporações. A transição de agentes autônomos para corretoras, por exemplo, enfrenta barreiras significativas, desde os altos custos associados à carga tributária até a complexidade do processo de estruturação.

No entanto, uma nova abordagem está emergindo como um facilitador nesse espaço: a tokenização de ativos, que vem ganhando força no mundo todo, principalmente no Brasil. O país, em 2024, sediará as reuniões do G20 e pautará justamente o potencial desse setor e a necessidade de as nações atuarem conjuntamente em um sistema interoperável.

A tokenização não é apenas uma tendência, mas também catalisadora de mudanças profundas na forma como entendemos e lidamos com ativos financeiros. Um recente relatório da Swift ilustra a crescente confiança no potencial da tokenização, revelando que 97% dos investidores institucionais acreditam que a tecnologia revolucionará a gestão de ativos.

Tom Zschach, diretor de inovação da Swift, enfatiza a importância da conexão perfeita entre instituições financeiras para desbloquear o potencial máximo da área. Esse é um ponto crítico, já que a integração com todo o ecossistema financeiro é essencial para o sucesso da transição.

Jenny Johnson, CEO da Franklin Templeton Investments, destacou durante o Fortune Global Forum, em Abu Dhabi, o alto interesse da empresa na tokenização, vislumbrando um potencial significativo no setor financeiro de maneira mais ampla. A companhia tem explorado ativamente esse campo, liderando a criação de um mercado monetário tokenizado para otimizar acordos atômicos e maximizar as oportunidades emergentes.

O interesse global na tokenização também é evidente na emissão massiva de cerca de US\$ 4 bilhões em obrigações tokenizadas nos últimos anos. Instituições oficiais como o Banco Europeu de Investimento, o Banco Central da Tailândia, entidades governamentais em Hong Kong, na Suíça e nos Estados Unidos contribuíram significativamente para esse crescimento, representando mais da metade das emissões.

Aqui, o Drex segue avançando e a nova consulta pública aberta pelo Banco Central sobre as Vasos também aborda novos caminhos para esse mercado regulamentado.

A grande vantagem da tokenização reside na sua capacidade de simplificar a estruturação de ativos, reduzir custos e democratizar o acesso ao investimento por meio da propriedade fracionada. Essa abordagem não apenas cria novas oportunidades para agentes autônomos e outras entidades, mas também oferece um cenário mais inclusivo e eficiente para investidores de todos os portes.

No Brasil, é possível transformar ainda mais esse mercado, aproveitando suas oportunidades e atingir, em 2024, a marca de R\$ 2,2 bilhões de ativos tokenizados. Ao tornar a tokenização acessível e eficaz, capacita--se agentes autônomos e outras entidades a transcenderem as barreiras tradicionais rumo a um novo horizonte de possibilidades.

Com a crescente adoção e o apoio de importantes instituições financeiras, a tokenização está pavimentando o caminho para um futuro em que a estruturação de ativos será mais ágil, acessível e lucrativa para todos os envolvidos.

*CÁSSIO KRUPINSK é CEO da BLOCKBR – blockbr@nbpress.com.br. A BLOCKBR é uma fintech especializada em criar infraestrutura para simplificar a migração para a tokenização, atendendo às demandas de um ambiente altamente regulamentado. Especializada em áreas jurídicas, financeiras e tecnológicas, sua missão é capacitar o mercado para crescer, movimentar e acessar diversas fontes de capital por meio da interoperabilidade entre ativos digitais e investidores. A empresa acredita na inovação ao investir, gerenciar ativos de crédito e levantar dívidas por meio de uma infraestrutura baseada em blockchain, tornando as operações mais eficientes, seguras e indispensáveis. Os serviços oferecem agilidade e praticidade, permitindo que os clientes se concentrem na originação e distribuição de ativos, enquanto a fintech cuida da estruturação e do acesso às ofertas. Para mais informações, acesse: www. blockbr.com.br ou @blockbr_.



DIRETOR GERAL: DIRETOR COMERCIAL:

TIAGO DORILEO **EDITOR CHEFE:** GABRIEL SOARES

EDITORA ADJUNTA:

EDITOR ADJUNTO: TARLEY CARVALHO **EDITOR DE ARTE:**

AQUILES A. AMORIM **EDITORA / SOCIAL MEDIA:** GLÁUCIA M. R. DE ALMEIDA **FOTOGRAFIA:** GILBERTO LEITE

REPORTAGEM: ESTAGIÁRIOS:

BRUNA CARDOSO JOÃOZINHO CARLOS FERNANDA LEITE

COLUNISTAS SOCIAIS:

HEBERT MATTOS VALDOMIRO ARRUDA WARNER WILLON

ASSESSORIA JURÍDICA: ARIADNE MARTINS FONTES - OAB/MT 12.953

> **AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS:** AGÊNCIA BRASIL

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo. Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:redacao@estadaomatogrosso.com.br

Rua Capitão Iporã, nº 50 - bairro Pico do Amor Cuiabá-MT - CEP: 78065-090 - Fone: (65) 99830-1111 - E-mail: redacao@estadaomatogrosso.com.br - comercial@estadaomatogrosso.com.br

IGOR GUILHERME

CUIABÁ-MT. OUINTA-FEIRA. 4 de JANEIRO de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 011/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1675/2023

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. Regido pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal 1.953/2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto nº 9.412/18 e demais legislações complementares. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES. Objeto: ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, QUAL SEJA, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ÉM BAIXA TENSÃO E ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ANTÔNIO SANTO RENOSTO - CERRADÃO END: RUA DOS HANGÁRES, N° 444, PARQUE INDUSTRIAL, PRIMAVERA DO LESTE MT, FORNECENDO OS MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, MAQUINÁRIOS E TUDO QUE SE FIZER NECESSÁRIO PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, EDITAL E SEUS ANEXOS. Data da Abertura: 24/01/2024. Horário 07h30min (Fuso Horário de Cuiabá - MT). Local: A TOMADA DE PREÇOS será realizada em sessão pública, no Auditório de Licitações localizada na Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - situado na Rua Maringá, nº 444 - Bairro: Centro - Município de Primavera do Leste/MT. End. para retirada do Edital: O Edital completo, projetos e planilhas poderão ser retirados no site da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste por meio do endereço eletrônico: http://www.primaveradoleste.mt.gov.br, na aba "EMPRESA", sub-aba "Editais e Licitações". Informações: Através do Setor de Licitações - Telefone: (66) 3498-3333 Ramal 215. Atendimento: 07h00min às 13h00min. E-mail: licita3@pva.mt.gov.br. Primavera do Leste (MT), 29 de dezembro de 2023.

Adriano Conceição de Paula - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

O Município de Primavera do Leste por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude, Secretaria Municipal de Educação, com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e no Decreto Municipal nº 1879, de 20 de dezembro de 2019, torna público a abertura do presente Edital de Chamamento Público

EDITAL DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2023

(Regido a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e no Decreto Municipal nº1629, de 13 de janeiro de 2017 e demais

legislações aplicáveis).				
Setor/Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, LAZER E JUVENTUDE			
Tipo:	CHAMAMENTO PÚBLICO			
Objeto:	SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL DE NATUREZA PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS PARA OFICINAS/AULAS			
	DE TEATRO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS DE FORMA GRATUITA E DESCENTRALIZADA			
SESSÃO PÚBLICA PARA RECERIMENTO DAS INSCRIÇÕES				

Data de abertura: Dia 05 de fevereiro de 2024 07h30min (Fuso Horário de Cuiabá - MT) A abertura das propostas será realizada em sessão pública, no Auditório de Licitações localizada na Prefeitura Municipal de Primavera do

Leste - situado na Rua Maringá, nº 444 - Bairro: Centro - Município de Primavera do Leste/MT. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação - Setor de Licitações - Telefone: (66) 3498-3333 Ramal 215. Atendimento: 07hs ás 13hs. E-mail:

ENDEREÇO PARA RETIRADA DO EDITAL

O Edital completo, projetos e planilhas poderão ser retirados no site da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste por meio do endereço: http://www.primaveradoleste.mt.gov.br, na opção "Editais e Licitações" Primavera do Leste - MT 03 de janeiro de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES 1º RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 35/2023

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2023, torna público aos interessados, a RETIFICAÇÃO DO EDITAL na modalidade REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE PESSOAS NO PERÍMETRO URBANO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES/MT. Onde se lê: Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação exigidos no presente edital deverão ser entregues a Pregoeira a partir das 8h00min até as 8h30min, do dia 11 de julho de 2023, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de NOBRES. Não sendo possível a conclusão dos trabalhos no dia 11/07/2023, a sessão pública se prorrogará no dia subsequentes a data de abertura, sempre obedecendo aos horários de funcionamento do Paço Municipal. Leia-se: Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação exigidos no presente edital deverão ser entregues a Pregoeira a partir das 8h00minh até as 8h30min, do dia 15 de janeiro de 2024, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de NOBRES. Não sendo possível a conclusão dos trabalhos no dia 15/01/2024, a sessão pública se prorrogará no dia subsequentes a data de abertura sempre obedecendo aos horários de funcionamento do Paco Municipal. As demais cláusulas do edital inclusive a data de abertura permanece inalteradas. Fim de Recebimento das Propostas: 15/01/2024 até as 8h00min. Início da Disputa: As 8h30min do dia 15/01/2024. Local: Sala Licitação Prefeitura Municipal de Nobres-MT. A RETIFICAÇÃO na INTEGRA encontra-se através do https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Prega o-presencial/. Nobres, 03 de janeiro de 2024.

Sra. Hemily Natalye Alves Pereira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE **CAMPO NOVO DO PARECIS**

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2024 ABERTURA: 04 de janeiro de 2024

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos com destinação

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, sito à Av. Avenida Mato Grosso, 66 NE. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis

Campo Novo do Parecis-MT, 03 de janeiro de 2024 Gezer Andrade de Assunção

Secretário da Comissão Permanente de Licitações



confecções e calçados

- √ Cadastro automático de produtos pela importação do
- √ Emissão de etiquetas a partir
- da nota fiscal de compra √ Emissão de carnês, confissão
- de dividas, promissória, boletos geração de remessas
- Aviso de cobrança por e-mail
- Controle bancário
- √ Cálculo de ticket médio
- Metas e comissões de venda. √ PDV Fiscal.

FV SISTEMAS CONTATO: FRANC MENES 65 98469-0695





Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nosso maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.



- Suprema
 - Bronze
- 30 Infinite ⊗ 42 Reforçada
- **⊗** Bronco Prata Fosco
- ⊖ Amadeirado⊝ Preto

SERRALHERIA COMPLETA

Máquinas de última geração

de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos. NOSSOS PRODUTOS

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos

de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização

- Envidraçamento © Coberturas de Vidro de Sacadas © Guardo-Corro de Vi
- Guarda-Corpo de Vidro ⊗ Box para Banheiro ⊗ Esquadrías de Aluminio
- @ E muito mais...



Fale Conosco (65) 3642-3344

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285 Bosque da Saude, Cuiabá – MT, 78050-175 www.casadosvidrosmt.com.br

É assim que temos uma diversão ensolarada com muuuuita PROTEÇÃO! Panda Pool ie Shopping Estação Cuiabá-MT





SulAmérica TELEMEDICINA

SEM CUSTOS PARA CONSULTAS PARA TODA FAMÍLIA

CONVÊNIO COM MÉDICOS, DENTISTAS E FARMÁCIAS

SEGURO DE VIDA DE ATÉ R\$10.000,00 PARA TÍTULAR DROGASIL Raia

SEGURO FUNERAL NACIONAL FAMILIAR





E GARANTA PARA SUA FAMÍLIA TODOS NOSSOS BENEFÍCIOS E VANTAGENS

MAIS INFORMAÇÕES WWW.BR5BENEFICIOS.COM.BR





ATÉ 30% DE ECONOMIA NA SUA CONTA DE ENERGIA

SEM INTALAÇÕES SEM GASTOS SEM OBRAS ECONOMIA DIRETO NA SUA CONTA DE LUZ

Fale agora com nossos especialistas



山 BR5



INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA

Telas começam a ser instaladas

A proteção pretende conter os deslizamentos registrados no trecho do Portão do Inferno, na MT-251, que liga Cuiabá a Chapada

Da Redação

A Secretaria de Infraestrutura e Logística (Sinfra) iniciou, nesta terça-feira (02.01), os testes para a implantação de telas de contenção no paredão do trecho do Portão do Inferno, na MT-251, que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães.

Os testes foram acompanhados pela equipe técnica que faz o monitoramento da situação no Portão do Inferno.

A medida faz parte das intervenções emergenciais propostas pelo Governo de Mato Grosso diante dos recentes deslizamentos de terras e dos riscos geológicos identificados na região.

As intervenções foram informadas pela Sinfra ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no dia 29 de dezembro. Contudo, o Estado ainda aguarda manifestação do órgão, que faz a gestão do Parque Nacional de Chapada dos

Guimarães, por onde passa a MT-251, para a realização de todo o serviço.

Na manhã desta quarta-feira, 3 de janeiro, o trânsito foi liberado meia pista, na modalidade pare e siga. Na segunda e na terça, o trânsito ficou interrompido, sem passagem de veículos devido as chuvas que caíram na região.

A decisão considera o protocolo de gestão pluviométrica do engenheiro geotécnico Wilson Conciani e do engenheiro civil Eduardo Azambuja, que determina que sempre que ultrapassar o limite pluviométrico de 20 mm no período de 12 horas, o tráfego apenas deverá ser liberado quando houver redução do acúmulo de chuva das últimas 4 horas, não ocorrência de deslizamentos e após vistoria pela equipe técnica operacional.

Saiba tudo o que está sendo feito na MT-251

O Governo de Mato Grosso tem monitorado a situação da MT-251, no trecho do Portão do Inferno, em razão dos riscos geológicos identificados no local. O monitoramento é realizado por técnicos da Sinfra e da Defesa Civil, e conta com apoio do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar.

O local também é monitorado 24 horas pelo Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp), por meio de câmeras instaladas na região. O Governo ainda pluviômetros, instalou sinalização e um letreiro luminoso na estrada para Chapada dos Guimarães, e na rotatória do Manso, para informar os motoristas sobre a situação da pista.

Para evitar acidentes, foi proibido o tráfego de veículos pesados e adotado sistema pare e siga para carros e vans de até 16 passageiros, controlado pela Polícia Rodoviária Estadual em cerca de 1,5 km antes do trecho do Portão do Inferno.



O local segue em monitoramento constante pelas equipes da Sinfra, Defesa Civil e Sesp, por meio das câmeras de videomonitoramento

A Sinfra orienta os motoristas que precisam trafegar entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães a buscarem rotas alternativas, como o acesso pelas BRs-163 e 070 até Campo

Verde, e, de lá, seguir pela MT-140 e MT-251 até Chapada dos Guimarães.

Úm grupo de trabalho, composto pela Vice Governadoria, Casa Civil, Sinfra, Sesp e Secom, acompanha constantemente a situação no Portão do Inferno. A atualização sobre a situação da via e orientação à população é feita por meio dos canais oficiais do Governo de Mato Grosso.

ANO LETIVO 2024

Matrículas para a rede estadual começam no dia 8



As 648 unidades escolares voltam com as aulas na rede estadual de ensino no próximo dia 5 de fevereiro

Rayane Alves | Seduc-MT

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) redefiniu o período de matrículas web para o ano letivo de 2024. As matrículas, que começariam no dia 28 de dezembro, passaram para os dias 8 e 9 de janeiro. Os estudantes das escolas de educação especial e das escolas militares terão datas diferentes para se matricularem.

Para os estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEDE) das unidades escolares de Cuiabá, as matrículas acontecem de 11 a 19 de janeiro. Nos

demais municípios, será de 12 a 19 de janeiro.

Nas 26 escolas militares, o período de matrícula é de 8 a 12 de janeiro. As unidades possuem quase 18 mil estudantes matriculados e realizaram um exame seletivo no dia 26 de novembro para preencher 4.485 novas vagas em 2024.

O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, destacou as conquistas alcançadas ao longo do ano. Segundo ele, a consolidação das 30 políticas educacionais e das mais de 130 ações do Plano EducAção 10 Anos são evidências de que a rede

estadual de ensino está no caminho certo.

Com as metas estabelecidas pelo Plano Educação 10 Anos, a Seduc espera estar entre as redes públicas mais bem avaliadas do país até 2032.

"A Seduc e as escolas estaduais seguem empenhadas em garantir o acesso e a permanência dos estudantes na rede de ensino, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional e social de Mato Grosso", finalizou o secretário.

As 648 unidades escolares voltam com as aulas na rede estadual de ensino no próximo dia 5 de fevereiro.

VEJA AS LINHAS

Empresas começam a testar ônibus elétricos

Bruna Cardoso

A Associação Matogrossense de Transporte Urbano (AMTU) informou nesta terça-feira, 2 de janeiro, que as empresas de transporte coletivo de Cuiabá irão testar novos elétricos em seis linhas, incluindo no transporte intermunicipal. Segundo o comunicado, a medida busca atender um acordo para reduzir as emissões de gases poluentes no município. Os testes devem durar 30 dias.

O Estadão Mato Grosso já havia antecipado,

no dia 21 de dezembro, que as empresas de ônibus da capital estavam negociando a nova frota ecológica de ônibus. Veja mais aqui.

O modelo de ônibus que irá circular na capital é um Azure A12BR da Higer. O ônibus possui sistema de ar-condicionado ecológico, sem dutos e com saídas de ar nas laterais, que proporciona um ambiente uniformemente climatizado em qualquer estação do ano. Além disso, o modelo conta com vidros com tratamento UV e isolamento térmico nas paredes do veículo, para amenizar os efeitos do calor.

Os novos ônibus possuem corredores mais largos, piso baixo e rampas de acesso. Têm ainda um sistema de "ajoelhamento" de suspensão que proporciona maior segurança, conforto e facilidade no embarque e desembarque de passageiros, mesmo os com mobilidade reduzida.

Luzes coloridas de LED podem ser usada para oferecer cromoterapia aos passageiros. No quesito conectividade, os veículos contam com wi-fi e carregadores USB posicionados nas laterais, para quem viaja sentado, e nos balaústres, para quem cir-

cula em pé.

O veículo elétrico operará, inicialmente, por 30 dias, funcionando normalmente em dias úteis, sábados e domingos. Todos os motoristas e operadores envolvidos receberam treinamento ministrado pelos instrutores da fabricante, com foco na direção defensiva e inteligente, para maximizar a performance do veículo.

Os novos ônibus também devem reduzir os custos das empresas, com tecnologias como o sistema de freios regenerativos, que pode aumentar a autonomia em até 30%.

Os ônibus ecológicos vão atuar nas seguintes linhas:

LINHA 10

313 - Terminal CPA III

410 - Santa Rosa

508 - Osmar Cabral 609 - Parque Cuiabá

711 - Pedra 90



O veículo elétrico operará, inicialmente, por 30 dias, funcionando normalmente em dias úteis, sábados e domingos





Edital de Notificação

O Banco do Brasil S.A., conforme autorização concedida por intermédio da Portaria MF nº 202, de 21 de julho de 2004, Norma de Execução de Dívida MDA/SRA nº 01, de 29 de junho de 2011 e o contrato de financiamento entre este agente financeiro e o(s) mutuário(s) abaixo identificado(s), após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal (AR), NOTIFICA POR OPERAÇÃO INADIMPLIDA DO BANCO DA TERRA, que a não liquidação da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação deste Edital, resultará no encaminhamento de processo de Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, para inscrição em Dívida Ativa da União e tornará passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal Cadin.

Para realização dos pagamentos devidos, o devedor deverá se dirigir à dependência do Banco responsável pela operação.

Itsem Campos Andrade Gerente Geral			
ESPOLIO LUIZ BARTOLOMEU FERREIRA SILVA	368.812.522-34	Fiador	20/00087-1
NOME	CPF	PARTICIPAÇÃO	N°_OPERAÇÃO